

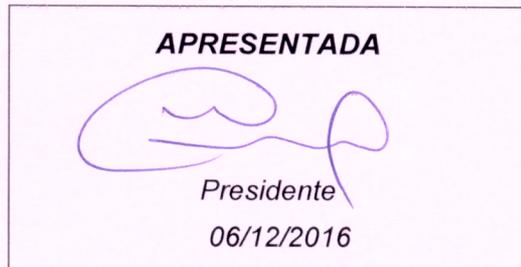


Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

MOÇÃO N° 441

REPÚDIO à reestruturação e ao fechamento de agências do Banco do Brasil.

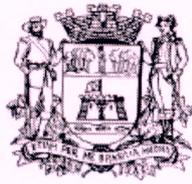


No dia 20 de novembro, um domingo, o Banco do Brasil anunciou, em comunicado à imprensa e ao mercado, uma grande reestruturação envolvendo corte de agências e redução do quadro de funcionários. Pelo documento, serão fechadas 402 agências em todo o país, e outras 379 serão transformadas em postos de atendimento, encerrando também 31 superintendências. Além disso, o banco apresentou um Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI), de adesão voluntária até 09 de dezembro de 2016.

No município de Jundiaí serão fechadas três agências: Ponte São João, Avenida Jundiaí e Rua Vigário JJ Rodrigues. Outras três serão transformadas em Postos de Atendimento, com atividades restritas, sem atendimento de caixa, por exemplo. São elas: Pirapora, Fórum Jundiaí e Av. São João. Em nossa região, teremos também o fechamento da agência Praça Castelo Branco, em Campo Limpo Paulista.

Essas ações manifestam, na verdade, o enfraquecimento do Banco do Brasil, que trará impactos em diferentes áreas, a começar pelo acesso ao serviço bancário em diversos locais do país. Nota-se também mudança na postura com relação ao acesso ao crédito. Somente os bancos públicos aumentaram o crédito de 38% para 57% de 2008 para 2016, enquanto os privados tiveram redução de 5% nos últimos dois anos. Atualmente, o Banco do Brasil é responsável por 61% do crédito agrícola, por exemplo.

O Banco do Brasil vinha desempenhando nos últimos anos importante função de fomento ao desenvolvimento social e econômico do País,



Câmara Municipal de Jundiaí

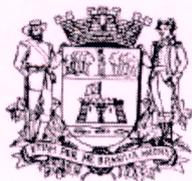
Estado de São Paulo

mantendo-se viável financeira e economicamente nessas atribuições. No último período, tornou-se o maior banco do país em ativos totais, ampliou sua lucratividade e rentabilidade e mostrou-se competitivo. Ao lado da Caixa Econômica Federal, o BB cumpriu importante papel para a regulação dos juros e das taxas de serviço das demais instituições. O desenrolar desse cenário pode ter por objetivo no médio prazo a privatização do banco, subordinando a população às operações privadas, cujo único objetivo seria o lucro, podendo aprofundar a crise da economia a longo prazo.

Sabemos que a economia brasileira passa por um momento grave, com forte retração da atividade econômica, elevação do desemprego e queda na renda das famílias. As perspectivas futuras não trazem esperanças para a população, visto que dia após dia são anunciadas intenções de medidas restritivas aos direitos, como dificuldades para obtenção de benefícios da Previdência, congelamento dos gastos públicos primários, que deve afetar a Saúde e Educação, entre outras.

O desmonte do Banco do Brasil irá aprofundar a crise, pois enfraquece o mercado interno e a infraestrutura social e econômica que nos fizeram avançar na última década. O saldo de crédito na economia brasileira apresentou retração de 3,4% entre janeiro e setembro de 2016, enquanto as taxas de juros cobradas de famílias e empresas mantêm-se muito elevadas. Os juros do cheque especial, por exemplo, subiram 61,2 pontos percentuais nos últimos 12 meses atingindo 324,9% ao ano. As taxas do rotativo do cartão de crédito chegaram a 480,3% com alta de 66,1 pontos percentuais em um ano. O próprio BB já elevou as taxas de juros da maior parte de seus empréstimos e financiamento, em sintonia com o pacote de fechamento de agências. São recursos retirados do bolso da classe trabalhadora, do caixa das empresas e do orçamento público diretamente para o lucro do sistema financeiro.

Impactos também serão sentidos por funcionários e clientes. Para os primeiros, a intensificação do trabalho, com mais pressões e assédios pelo cumprimento de metas e atendimentos, e menos funcionários para atender. Muitos perderão suas atuais funções, devido ao corte de milhares de cargos realizado pelo banco, trazendo sérios prejuízos financeiros e profissionais. Os clientes também serão prejudicados com a reestruturação. Além do fechamento de unidades e da queda no número de funcionários – que deve causar mais filas e baixar a qualidade do atendimento –, o banco fechará as salas de autoatendimento em diversas agências nos finais de semana. Essas ações prejudicam não apenas pessoas idosas ou com acesso



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

restrito à internet e outros meios digitais, mas todos os clientes que devem ter à sua disposição a primazia do atendimento de qualidade.

São necessárias alternativas à crise econômica. Dentre as quais, a redução da taxa de juros básicos (SELIC); reformas estruturais; investimentos em infraestrutura, enfim, medidas que permitam a retomada do crescimento econômico, com o fortalecimento de setores produtivos, utilização da capacidade ociosa da economia nacional, geração de empregos e renda. É fundamental, portanto, o papel do BB nesses objetivos, ao contribuir para o crédito e atendimento de setores prioritários como pequenas e médias empresas, moradia popular, agricultura familiar e, com isso, dinamizar o mercado interno e assegurar melhor qualidade de vida à população.

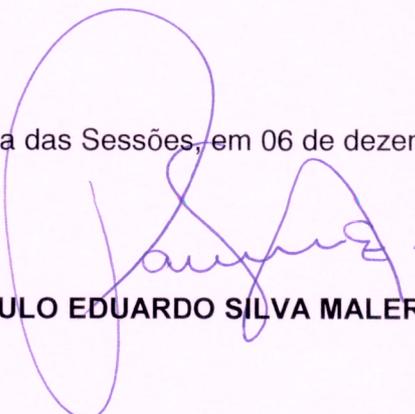
A medida mostra-se equivocada tanto em seu conteúdo quanto na forma como foi anunciada. Não houve qualquer diálogo com os trabalhadores e com a sociedade. A Instituição e o governo adotam o discurso segundo o qual a medida é meramente técnica e inexorável, embora indesejada. Na realidade, trata-se de medida política e ideológica, inclusive quanto à função dos bancos públicos na sociedade. Observa-se que é um retorno às medidas neoliberais dos anos 1990, nas quais muitos bancos públicos foram privatizados, em especial os estaduais, enquanto BB e CEF, além de notório arrocho salarial, tiveram suas funções econômicas e sociais limitadas em benefício da concentração e crescimento do capital bancário privado.

Diante do exposto,

Apresento à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta Moção de REPÚDIO à reestruturação e ao fechamento de agências do Banco do Brasil.

Dê-se ciência desta deliberação ao Ministério da Fazenda, Banco do Brasil, CONTRAF, FETEC e Sindicato dos Bancários de Jundiaí

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 2016.


PAULO EDUARDO SILVA MALERBA